



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL: CONVERGÊNCIAS NA LUTA POR CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL

VILMA JARA DA SILVA¹

RESUMO:

O artigo examina o papel do Movimento Estudantil e do Serviço Social na promoção da mobilização social e na construção de uma sociedade justa e democrática. São exploradas suas contribuições destacando a sua atuação conjunta na defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos, contribuindo para uma sociedade mais democrática onde a cidadania possa ser plenamente exercida.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Movimento Estudantil; Lutas Sociais; Direitos e Serviço Social.

ABSTRACT:

The article examines the role of the Student Movement and Social Service in promoting social mobilization and building a fair and democratic society. Their contributions are explored, highlighting their joint action in defending social, political and economic rights, contributing to a more democratic society where citizenship can be fully exercised.

KEYWORDS: Citizenship; Student Movement; Social Struggles; Rights and Social Service.

INTRODUÇÃO

A mobilização social e a participação cívica são pilares fundamentais para o fortalecimento da democracia e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, o Movimento Estudantil (ME) e o Serviço Social emergem como agentes-chave na articulação e na mobilização por direitos sociais, políticos e econômicos.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Este artigo busca explorar o papel desses dois atores sociais na construção de uma ordem societária mais democrática e inclusiva. Partindo de uma análise histórica e conceitual da cidadania e dos movimentos sociais, será examinado como o Movimento Estudantil tem sido uma voz ativa na defesa dos direitos da juventude e na promoção de mudanças sociais.

. Além disso, investiga-se o compromisso do Serviço Social com as lutas sociais e a busca pela justiça social, destacando sua atuação junto aos movimentos sociais como expressão da competência profissional e do compromisso ético-político da categoria.

Com uma abordagem interdisciplinar e uma análise crítica das práticas e desafios enfrentados, este artigo pretende contribuir para a compreensão e o fortalecimento do papel do Movimento Estudantil e do Serviço Social na construção de uma sociedade mais justa, democrática e participativa.

Ao explorar as interseções entre o Movimento Estudantil e o Serviço Social, este artigo busca não apenas compreender suas contribuições individuais, mas também analisar suas sinergias e possíveis estratégias de colaboração. Reconhecendo a importância da união entre diferentes agentes sociais na luta por transformações sociais significativas, este artigo adota um olhar integrado sobre o papel desses dois atores na promoção da cidadania ativa e na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

1. O DIREITO DE CIDADANIA: DESAFIOS PENDENTES

Definir o conceito de cidadania pode ser um tanto desafiador devido à sua complexidade e às diversas abordagens possíveis. Segundo Coutinho (1999), a cidadania é - em uma democracia eficaz - a capacidade adquirida por todos os indivíduos, de usufruir dos recursos gerados socialmente e explorar plenamente as oportunidades de realização humana em cada contexto histórico específico.

Coutinho (1999) nos coloca que na Grécia Antiga, a cidadania estava ligada à participação política, conferindo aos cidadãos livres o direito de voz e voto nas decisões da cidade-estado. No entanto, esse conceito era limitado a uma parte da população, excluindo mulheres, estrangeiros e escravos. Foi com a Revolução Francesa no final do século XVIII que a cidadania ressurgiu como um princípio fundamental. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade proclamados pela

Revolução trouxeram consigo uma redefinição do papel do cidadão na sociedade, estabelecendo direitos civis e políticos universais.

Nos séculos XIX e XX, movimentos sociais e políticos em todo o mundo lutaram pela ampliação dos direitos de cidadania, como o sufrágio universal, direitos trabalhistas, direitos das mulheres e direitos civis para minorias étnicas e raciais. Por isso:

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. (Coutinho, 1999, p. 42)

Para Coutinho (1999), a cidadania não pode ser compreendida apenas como uma lista de direitos e deveres concedidos pelo Estado, mas sim como um processo em constante evolução, influenciado por relações de poder e estruturas sociais. Ele destaca a necessidade de uma análise crítica das desigualdades sociais e econômicas que limitam o exercício pleno da cidadania para certos grupos na sociedade.

Importante a análise do Estado pois, como nos colocam Paiva; Carraro e Sek (2018), o Estado desempenha um papel fundamental na expansão do capitalismo em países como o Brasil. Isso significa que o Estado não é apenas um regulador neutro, mas desempenha funções tanto econômicas quanto políticas que contribuem para o funcionamento e crescimento do capitalismo monopolista, um sistema onde poucas empresas ou grupos têm um domínio significativo sobre a economia.

No contexto do capitalismo dependente, o papel ativo do Estado é moldado por condições de dependência estrutural em relação aos países centrais e às dinâmicas do capitalismo global. Segundo Paiva, Carraro e Sek (2018), essa dependência manifesta-se em várias dimensões. Em primeiro lugar, há uma dependência econômica, onde as economias dos países periféricos, como os da América Latina, estão intimamente ligadas às necessidades e demandas dos países desenvolvidos. Isso se evidencia na especialização dessas economias na exportação de matérias-primas e na dependência de investimentos estrangeiros e tecnologia provenientes dos países centrais. Além disso, existe uma dependência política, em que os Estados periféricos não apenas atendem às demandas internas, mas também enfrentam pressões de potências estrangeiras e organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que influenciam diretamente as políticas econômicas e sociais e frequentemente restringem a autonomia das decisões nacionais. Por fim, a dependência se estende às esferas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social e tecnológica, com os países periféricos adotando modelos sociais, culturais e tecnológicos impostos ou incentivados pelas nações desenvolvidas, o que perpetua desigualdades e limita o desenvolvimento autônomo desses países. Assim, a dependência refletida nesses contextos evidencia a dificuldade dos Estados periféricos em agir com plena soberania, já que suas políticas e estratégias de desenvolvimento são frequentemente moldadas pelos interesses das nações mais poderosas (PAIVA; CARRARO; SEK, 2018).

O Estado é moldado pela sociedade em que opera. Isso significa que suas características e funções refletem as características da sociedade em que está inserido. O papel ativo do Estado ocorre sob condições de dependência. Isso significa que países periféricos, como o Brasil, têm economias que são fortemente influenciadas e controladas por países centrais ou mais desenvolvidos economicamente. (Paiva; Carraro; Sek, 2018)²

Marshall (1967), ao identificar as dimensões civil, política e social da cidadania, enfatiza a importância dos direitos individuais, da participação política e do acesso a recursos sociais para uma sociedade democrática. Ele nos lembra que a cidadania não se limita apenas aos direitos civis e políticos, mas também inclui a garantia de condições materiais que permitam a todos os cidadãos viver com dignidade.

Cabe aqui pontuar, que embora Marshall tenha feito uma contribuição valiosa para o entendimento da cidadania moderna também pode ser vista como limitada dentro de uma perspectiva marxista mais ampla, como nos coloca Coutinho (1999):

Esse antagonismo entre cidadania plena e capitalismo, de resto, expressa uma outra contradição, (para qual, aliás, Marshall já chamara a atenção, ainda que sem lhe dar solução adequada), ou seja, a contradição entre cidadania e classe social: a universalização da cidadania é, em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes. (Coutinho, 1999, p.53)

A citação de Coutinho (1999) destaca uma contradição fundamental entre a ideia de cidadania plena e o sistema capitalista. Coutinho (1999) aponta que essa tensão revela um

² O Estado nos países periféricos, como os da América Latina, tem uma soberania limitada. Isso significa que ele não tem total autonomia para tomar decisões independentes, especialmente quando se trata de questões econômicas. Ele muitas vezes precisa seguir as orientações e demandas dos países desenvolvidos. Países periféricos na América Latina estão subordinados aos interesses dos países desenvolvidos, o que cria desigualdades tanto entre as classes dominantes quanto entre a população trabalhadora, levando a condições de trabalho precárias e políticas sociais limitadas. (Paiva; Carraro; Sek, 2018)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conflito mais profundo entre cidadania e classe social, algo que já havia sido notado por Marshall³. A universalização da cidadania, que pressupõe igualdade de direitos e oportunidades para todos os membros da sociedade, se mostra incompatível com a estrutura de uma sociedade dividida em classes, onde as desigualdades socioeconômicas são mantidas e reproduzidas. Portanto, dentro de uma sociedade capitalista, a plena realização da cidadania encontra limites impostos pela própria existência de classes sociais.

1.1 A CONTRADIÇÃO ENTRE CIDADANIA E CLASSE SOCIAL

A plena realização da cidadania para todos os membros de uma sociedade é fundamentalmente incompatível com a existência de uma estrutura de classes sociais. Coutinho (1999) argumenta que a concepção de cidadania de Marshall, ao se concentrar principalmente nos direitos dentro do quadro do Estado de bem-estar social e da sociedade capitalista, não aborda adequadamente as contradições fundamentais e as desigualdades de classe inerentes ao sistema capitalista. Ele sugere que, ao enfatizar os direitos e privilégios dentro da estrutura existente, Marshall não oferece uma análise crítica das relações de poder subjacentes que perpetuam a exploração e a injustiça social.

Assim, podemos ver a cidadania como um conceito dinâmico e multifacetado, que envolve não apenas direitos legais, mas também relações de poder, lutas sociais e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. O conceito de cidadania reside em sua ênfase na dimensão crítica e dialética desse fenômeno, destacando a necessidade de considerar tanto os aspectos formais quanto os aspectos materiais e estruturais da participação política e social dos cidadãos.

A cidadania plena implica na garantia de direitos e oportunidades iguais para todos os indivíduos da sociedade. No entanto, o capitalismo tende a criar e perpetuar desigualdades de

³ Thomas Humphrey Marshall (1967), sociólogo britânico do século XX, em sua obra "*Cidadania e classe social*" de 1967, descreve três dimensões de direitos da cidadania: civil, política e social. A civil refere-se aos direitos individuais básicos que protegem a liberdade do cidadão perante o Estado. Inclui prerrogativas como liberdade de expressão, religião, propriedade e acesso à justiça. Já a política diz respeito à participação ativa dos cidadãos no processo político de uma sociedade. Isso engloba direitos como o voto, a elegibilidade para cargos públicos, a associação a partidos políticos e a liberdade de associação. Por fim, a social concentra-se nos direitos que garantem a proteção econômica e social dos cidadãos. Isso inclui acesso à educação, assistência médica, previdência social, moradia adequada e condições de trabalho justas. Marshall (1967) via essas três dimensões como interligadas e igualmente essenciais para o funcionamento saudável de uma sociedade democrática. Ele argumentava que o desenvolvimento dessas dimensões ao longo do tempo é um processo histórico, no qual os direitos de cidadania são conquistados e ampliados por meio de lutas políticas e sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classe, onde alguns têm muito mais poder e recursos do que outros. Portanto, a realização completa da cidadania para todos confronta diretamente essas estruturas de desigualdade e hierarquia social. (Coutinho, 1999)

É nos direitos sociais que encontramos as bases para o pleno exercício dessa cidadania. Quando cada indivíduo tem acesso à educação de qualidade, à saúde, ao trabalho digno, à previdência social, à moradia e ao lazer, ele se torna não apenas um beneficiário desses direitos, mas também um agente de transformação em sua própria comunidade.

Frente a um conjunto de regressões promovidas pela adoção de uma agenda ultraneoliberal, como nos coloca Freire e Sierra (2020), a exemplo no Brasil, onde governo de Jair Bolsonaro caracteriza-se como uma expressão do conservadorismo que desvaloriza os direitos sociais e promove uma agenda ultraneoliberal. O discurso moralizador e a criminalização se intensificaram durante tal governo, alimentados por uma retórica evangélica e por reformas políticas que reforçam a desigualdade social e resultam na anulação de diversos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Tem-se assim, que a promoção e a defesa dos direitos sociais se tornam mais urgentes do que nunca. (Freire; Sierra, 2020)

Somente através do compromisso com a garantia desses direitos podemos construir uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva para todos. Esses direitos não são apenas prerrogativas individuais, mas sim compromissos coletivos assumidos pela sociedade como um todo. São conquistas resultantes de lutas históricas por justiça social e igualdade, e devem ser constantemente protegidos e ampliados. Com isso:

As decepcionantes limitações das democracias latino-americanas e a crise pela qual passam os partidos (e também os sistemas de partidos) explicam, em boa medida, o papel crescente desempenhado pelos movimentos sociais nos processos democráticos da região. A deslegitimação da política e dos partidos abriu um espaço para que “a rua” – essa metáfora tão ameaçadora para as democracias liberais – adquira um protagonismo renovado e ampliado na maioria dos países. Essa presença das massas na rua, que havia sido reconhecida por Maquiavel como uma demonstração vigorosa da saúde republicana, reflete a incapacidade dos fundamentos legais e institucionais das “democracias” latino-americanas de resolverem as crises sociopolíticas dentro dos procedimentos estabelecidos constitucionalmente. (Borón, 2010, p. 89)

As limitações das democracias latino-americanas e a crise dos partidos políticos têm conduzido ao crescente protagonismo dos movimentos sociais na região. A desconfiança generalizada na política e nos partidos abriu espaço para a mobilização popular nas ruas, destacando a inadequação dos mecanismos institucionais para resolver as crises sociopolíticas. Essa emergência dos movimentos sociais reflete tanto a insatisfação popular quanto a

incapacidade dos sistemas democráticos estabelecidos em representar efetivamente os interesses da população e resolver os desafios enfrentados pela sociedade.

Coutinho (1999) ressalta a importância da organização e da mobilização política como formas de reivindicar e ampliar os direitos de cidadania. Ele defende uma abordagem participativa e democrática, na qual os cidadãos não apenas exigem seus direitos, mas também se engajam ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme destacado por Gohn (1995), os movimentos sociais têm um papel fundamental na contestação das estruturas estabelecidas. Com sua abordagem crítica e inovadora, esses movimentos não apenas questionam o status quo, mas também propõem novas formas de organização para a sociedade e suas relações. Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na formação e configuração do Brasil, influenciando a delimitação da cidadania e dos espaços de poder, disputa e ocupação para diversos agentes e grupos ao longo da história, especialmente a partir do século XX. Tais movimentos e suas lutas estão intrinsecamente ligados às identidades sociais do sujeito na sociedade, embora nem sempre estejam plenamente integrados a elas. (Gohn, 1995)

No âmbito da educação, isso lança luz sobre os esforços realizados para conquistar e assegurar os direitos que desfrutamos atualmente, destacando também o papel de cada indivíduo como sujeito de transformação de seu próprio destino e do contexto social ao qual pertence. Portanto sujeito de ação política⁴ que traz em sua essência a democracia, representando a voz e a vontade dos cidadãos em moldar o destino de suas sociedades. Esse panorama evidencia não apenas o papel crucial dos indivíduos na transformação social e política, mas também destaca a importância dos movimentos coletivos na promoção de mudanças significativas. Entre esses movimentos, o movimento estudantil se destaca como uma força vital na luta por reformas e melhorias dentro e fora do sistema educacional. Sua capacidade de mobilizar e engajar jovens na busca por uma educação mais democrática e acessível reflete o espírito de ação política descrito anteriormente.

⁴ Segundo Ramos e Santos (1997), a ação política é compreendida como um processo histórico, humano, intencional e criador, que permite uma reflexão crítica sobre a realidade. Esse processo se manifesta em diversas esferas da vida cotidiana, como movimentos sociais e partidos políticos, e em múltiplos níveis, incluindo o econômico, ideológico, cultural e social, impactando tanto as esferas pública quanto privada.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2. O MOVIMENTO ESTUDANTIL: RESISTÊNCIAS E LUTAS PELA DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS

O Movimento Estudantil (ME) enquanto movimento social atua na defesa dos interesses da classe trabalhadora e na busca por mudanças sociais, procura se organizar estrategicamente para garantir que suas lutas mantenham um caráter crítico e combativo. Desde o indivíduo que exerce seu direito ao voto até os grupos organizados que lutam por mudanças sociais, cada agente político desempenha um papel crucial na construção e na manutenção de sistemas políticos justos e inclusivos. No entanto, a eficácia desse sujeito não reside apenas na participação, mas também na capacidade de questionar, exigir responsabilidade e promover ações que levem ao avanço coletivo. É através desse engajamento ativo e consciente que se fortalecem os alicerces da democracia e se ampliam as oportunidades para uma sociedade mais igualitária e democrática.

Podemos entender que o Movimento Estudantil (ME) possui um caráter histórico e, portanto, seu papel social muda conforme o contexto, as condições vivenciadas pelos estudantes, as ideologias e concepções políticas das suas lideranças, bem como as articulações que o movimento estabelece com outros movimentos sociais, partidos políticos e outros sujeitos coletivos. (Ramos; Santos, 1997)

Suas ações se concentram principalmente na esfera da educação, reconhecendo-a como uma política pública de prioridade para o Estado. No entanto, assim como outras áreas de políticas públicas, a educação está sendo afetada pelo processo de contrarreforma estatal.

Um dos principais objetivos do movimento estudantil é garantir que a educação seja tratada como uma prioridade política, reconhecendo-a como um direito fundamental de todos os cidadãos. Recentemente, vimos exemplos poderosos desse engajamento em todo o mundo. No Chile, por exemplo, protestos massivos liderados por estudantes resultaram em demandas por reformas estruturais no sistema educacional, desafiando diretamente as políticas de privatização e mercantilização.⁵

⁵ Os protestos estudantis no Chile, também conhecidos como o "Movimento Estudantil Chileno", eclodiram em 2011. Esse movimento foi caracterizado por uma série de manifestações em massa lideradas por estudantes universitários e secundaristas, que exigiam reformas significativas no sistema educacional do país. Os protestos foram motivados principalmente pelos altos custos da educação superior, pela falta de acesso igualitário e pela crescente privatização do sistema educacional chileno. Esses eventos tiveram um impacto duradouro no país, levando a debates nacionais sobre educação e desigualdade social, além de terem influenciado o cenário político chileno.

Um marco significativo para o movimento estudantil foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, na cidade do Rio de Janeiro. A UNE surgiu como uma resposta à necessidade de organizar os estudantes em torno de um projeto de desenvolvimento nacional e de defender os direitos e interesses da classe estudantil. Ao longo das décadas seguintes, a UNE se consolidou como uma entidade representativa de peso, atuando em diversas frentes de luta e mobilização social. A entidade teve um papel fundamental em momentos históricos como a luta contra a ditadura militar e as manifestações em prol da redemocratização do país.

Outro momento importante para o movimento estudantil brasileiro foi a criação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em 1948. A UBES surge em um contexto de efervescência política e social, buscando representar os interesses dos estudantes de ensino médio e técnico. A entidade desempenhou um papel crucial na luta contra a repressão e na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

A partir da década de 1960, o movimento estudantil brasileiro se intensificou, engajando-se em diversas lutas políticas e sociais. A mobilização dos estudantes contra o regime militar, que se instaurou no país em 1964, foi um dos momentos mais emblemáticos da história do movimento estudantil. Os estudantes foram às ruas, enfrentando a repressão e lutando pela redemocratização do Brasil. Durante esse período, surgiram diversos grupos e organizações estudantis que se destacaram pela resistência e pela defesa dos direitos democráticos.

Após a redemocratização do país na década de 1980, o movimento estudantil continuou a desempenhar um papel relevante nas lutas sociais e políticas. A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade permaneceu como uma das principais bandeiras do movimento. Além disso, os estudantes se engajaram em questões como a luta por direitos civis, a defesa do meio ambiente, a igualdade de gênero e a justiça social.

No entanto, à medida que os estudantes continuam a lutar por uma educação pública de qualidade, eles se deparam com obstáculos crescentes. Um desses desafios é o processo de contrarreforma do Estado, no qual políticas governamentais visam dismantelar os sistemas públicos de educação em favor de abordagens mais privatizadas e orientadas para o mercado.

Partindo do pressuposto de que o ME está inerentemente moldado por sua historicidade, compreendemos que seu papel na sociedade está em constante metamorfose, influenciado pela conjuntura política, econômica e social, pelas condições específicas enfrentadas pelos estudantes, pelas ideologias e perspectivas políticas de suas lideranças, bem como pelas interações que estabelece com outros movimentos sociais, partidos políticos e grupos coletivos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao evoluir ao longo do tempo, o ME emerge como um espaço dinâmico de articulação e mobilização, abordando desde reivindicações estudantis pontuais até questões mais abrangentes e relevantes para a sociedade. Sua capacidade de influenciar o discurso público e instigar mudanças está intrinsicamente vinculada à sua habilidade de adaptação e à sua capacidade de estabelecer conexões significativas com outras forças sociais em busca de objetivos compartilhados. Assim, uma compreensão holística do papel do ME exige uma análise minuciosa das circunstâncias contextuais e das relações que permeiam seu funcionamento e sua atuação no âmbito político e social.

Hobsbawm (1998) argumenta que ser membro de uma comunidade humana implica situar-se em relação ao seu passado, ainda que seja apenas para rejeitá-lo. O passado, portanto, é uma dimensão permanente da consciência humana, sendo um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.

Portanto, é de grande importância perceber e compreender as frequentes disputas pela defesa de interesses e direitos ao longo dos diversos momentos históricos e em diferentes localidades geográficas. Essas disputas promovem o agrupamento de pessoas, às vezes mais semelhantes, outras vezes mais distintas, mas todas identificadas com uma ideologia específica ou unidas em prol de uma causa comum. Essa compreensão revela-se não apenas significativa, mas essencial para analisar as dinâmicas sociais. O Movimento Estudantil, em particular, pode ser um reflexo representativo desse fenômeno, destacando o papel central que desempenha na articulação de ideias, na defesa de princípios e na promoção de transformações na sociedade.

O Movimento Estudantil é uma expressão da participação cívica e política dos estudantes em busca de seus direitos sociais e de uma educação de qualidade. Ele representa uma forma organizada de engajamento e mobilização por parte dos estudantes para promover mudanças e melhorias nas políticas educacionais e sociais. Como sujeito de lutas, o Movimento Estudantil busca não apenas defender os interesses imediatos dos estudantes, como também se engaja em questões mais amplas relacionadas à educação, à igualdade social, à democracia e aos direitos sociais. (Ramos; Santos, 1997)

Portanto Movimento Estudantil desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania ativa e na construção de uma sociedade mais justa e democrática, ao empoderar os estudantes como agentes de transformação social e ao exigir o cumprimento dos direitos sociais básicos, como o acesso à educação de qualidade, transporte público acessível, alimentação adequada, entre outros.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Movimento Estudantil em Serviço Social se destaca como uma expressão específica do engajamento estudantil, centrada na luta por uma formação crítica e de qualidade na área do Serviço Social. Este movimento busca não apenas aprimorar as condições de ensino e aprendizado, mas também questionar e transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a injustiça. (Ramos; Santos, 1997)

Os estudantes de Serviço Social se organizam em movimentos que buscam não só o aprimoramento da formação profissional, mas também a compreensão crítica das questões sociais e a busca por soluções que promovam a justiça social e a equidade. Eles defendem uma abordagem teórico-prática que esteja comprometida com os direitos humanos, a emancipação dos sujeitos e a transformação das condições sociais desfavoráveis.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

As lutas sociais são manifestações coletivas de resistência e reivindicação por direitos e reconhecimento. Historicamente, diversos movimentos sociais têm surgido em resposta a injustiças e desigualdades, buscando promover mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Movimentos como o feminismo, o movimento negro, os movimentos LGBTQ+, entre outros, têm desafiado normas e práticas discriminatórias e opressivas, lutando pela igualdade de gênero, racial, sexual e outras formas de inclusão e justiça social.

Cabe destacar que a atuação junto aos movimentos sociais é uma competência profissional, expressa no artigo 4º (inciso 9) da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), em que consta a nossa reconhecida capacidade de “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Bem como também é um direito do/a assistente social, posto em seu Código de Ética (Capítulo IV, Art.12, inciso b), “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (CFESS, 2018, p. 2)

O Serviço Social é uma profissão essencial que se desenvolve em estreita relação com as lutas sociais e a busca pela garantia e ampliação dos direitos. Desde suas origens, o Serviço Social tem sido um campo de atuação voltado para a promoção da justiça social e a transformação das condições de vida das populações marginalizadas e oprimidas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse contexto, a construção e conquista de direitos têm sido centrais para as lutas sociais. Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais são fundamentais para garantir a dignidade e o bem-estar das pessoas e grupos sociais. No entanto, a efetivação desses direitos nem sempre é garantida, e muito são os desafios para o Serviço Social.

Em todo este percurso, desde o Congresso da Virada, ao longo dos últimos 42 anos, lutamos contra a ditadura civil-militar-empresarial, pela democratização do país, e partir dos anos 90, contra os ataques do capital aos trabalhadores, que traz como consequência a sucessiva destruição de direitos sociais e trabalhistas. Com maior celeridade isto se ampliará, enormemente, a partir do governo golpista de Temer, de 2016 a 2018, e de forma demolidora a partir de 2019 no desgoverno do capitão reformado neofascista de Bolsonaro. Uma vez mais, continuamos na luta por meio de nossas organizações combativas da formação e exercício profissional, respectivamente ABEPSS e Conjunto CFESS-CRESS, assim como pela representação estudantil, ENESSO em articulação com os movimentos sociais classistas. (Abramides, 2021, p. 20)

Compreender o Serviço Social como crucial na luta por justiça social e democracia, sua ligação com os movimentos sociais é necessário para entender a importância da articulação entre o serviço social e outros movimentos, como forma de fortalecer a resistência e buscar mudanças sociais. A relevância de organizações profissionais, como ABEPSS e Conjunto CFESS-CRESS, e da representação estudantil pela ENESSO, como espaços essenciais para enfrentar os desafios políticos atuais torna a prática do profissional Assistente Social comprometida com a transformação social, articulada com outros movimentos sociais, para alcançar uma sociedade mais justa e democrática.

Abramides (2021) nos coloca que existem desafios imediatos a serem enfrentados pelos movimentos sociais, assistentes sociais e trabalhadores em busca de uma nova sociabilidade. Isso inclui a necessidade urgente de enfrentar a onda ultraneoliberal e conservadora, o que acena para a imprescindível continuidade da luta unificada contra uma série de contrarreformas prejudiciais que afetam indivíduos e famílias da classe trabalhadora, tais como as contrarreformas trabalhistas, administrativas, previdenciárias e educacionais.

Além disso, é essencial resistir às privatizações dos serviços públicos e das empresas estatais, garantir uma renda básica para todas as famílias sem renda ou renda insuficiente para prover as condições materiais de existência, e fortalecer o sistema de proteção socioassistencial e de saúde, garantindo os mínimos sociais e acesso à vacinação para toda a população. Medidas como taxaço sobre grandes fortunas, preservação de empregos e salários, recusar o pagamento de dívidas não contraídas pelos trabalhadores, controlar os preços de medicamentos, combustíveis e alimentos através do controle popular e estabelecer comitês populares de bairro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para defender questões sanitárias, emprego e salário são passos práticos para enfrentar esses desafios. Finalmente, promover a soberania popular é essencial para garantir que as decisões políticas atendam às necessidades e demandas da população. (Abramides, 2021)

O Serviço Social e o Movimento Estudantil desempenham papéis fundamentais na busca e na luta por direitos e no exercício da cidadania plena fundada na construção de uma nova ordem societária. O Serviço Social, por meio de sua atuação nas bases comunitárias e nas políticas sociais, tem o compromisso de identificar e combater as desigualdades e injustiças sociais, promovendo o acesso a direitos e serviços essenciais para todos os cidadãos.

Ao mesmo tempo, o Movimento Estudantil representa uma voz ativa e engajada na defesa dos interesses e das demandas da juventude, mobilizando-a para enfrentar os desafios e as injustiças do presente e construir um presente e um futuro mais justo e igualitário. Ambos os agentes têm o potencial de catalisar mudanças significativas na sociedade, promovendo a conscientização, a organização e a participação ativa dos cidadãos na construção de uma ordem societária mais justa, solidária e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Estudantil e o Serviço Social desempenham papéis fundamentais na promoção da mobilização social e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao explorar contribuições individuais desses dois atores sociais, bem como suas possíveis estratégias de colaboração, faz-se reconhecer a importância da união de ambos, bem como, entre diferentes agentes sociais na busca por transformações significativas.

A análise histórica e conceitual da cidadania e dos movimentos sociais nos permite compreender o contexto em que o Movimento Estudantil e o Serviço Social surgiram e evoluíram. A partir do reconhecimento de ambos como parte da classe trabalhadora, infere-se que suas intervenções sócio-políticas têm sido impulsionadores de mudanças sociais e defensores dos direitos sociais, trabalhando para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, também se reconhece os desafios enfrentados por esses dois sujeitos políticos. No contexto neoliberal, onde o mercado tende a sobrepor-se às necessidades sociais, a atuação dos movimentos estudantis torna-se ainda mais crucial. A privatização dos serviços



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

públicos, incluindo a educação, e a mercantilização da política social impõem desafios significativos. A mercantilização da educação no Brasil é diferenciada de casos em outros países, destacando-se a importância das práticas gerenciais e a influência de ideologias neoliberais.

O Movimento Estudantil muitas vezes enfrenta obstáculos políticos e estruturais em sua luta por direitos e representação, enquanto o Serviço Social se depara com limitações de recursos e pressões institucionais em sua busca pela justiça social. Apesar desses desafios, a análise das sinergias entre o Movimento Estudantil e o Serviço Social revela oportunidades significativas para uma atuação conjunta mais eficaz. Ao compartilharem objetivos comuns de promoção da mobilização social e defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos, juntos podem fortalecer sua capacidade de influenciar mudanças positivas na ordem social.

Nesse sentido, é crucial que o Movimento Estudantil e os e as profissionais Assistentes Sociais continuem a buscar formas de colaboração e apoio mútuo que podem incluir iniciativas conjuntas voltadas ao fortalecimento da mobilização social. O Movimento Estudantil e o Serviço Social representam vozes essenciais na busca por uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Ao trabalharem juntos, esses dois atores têm o potencial de catalisar mudanças significativas e promover uma verdadeira transformação social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora**: reafirmar o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, n. 129, p. 366–386, maio 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/scmxtJdfJQ7crFFcMLsgrkJ/#>> Acesso em: 30 ago. 2024.

BORÓN, A. **Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina**: notas para uma discussão. In: CASTELO, R. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 81-97.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais**. CFESS Manifesta - 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social – ENPESS. Vitória, Espírito Santo, 2 a 7 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>> Acesso em: 30 ago. 2024.

COUTINHO, C. N. **Cidadania e modernidade**. São Paulo: Perspectivas, 1999. p. 41-49
Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>> Acesso em: 30 ago. 2024.

FREIRE, S. M.; SIERRA, V. M. **Direitos humanos no contexto das regressões ultraneoliberais no Brasil.** In: BARBOZA, Douglas Ribeiro; BOTELHO, Jacqueline (Orgs). Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando, 2020, p. 126-145. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-lutas-sociais-e-ofensiva-do-capita>> Acesso em: 30 ago. 2024.

GOHN, M. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

HOBBSAWN, E. J. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PAIVA, B. A.; CARRARO, D.; SEK, T. C. M. **Estado e capitalismo dependente: notas sobre sua processualidade.** In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23478>> Acesso em: 30 ago. 2024.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. **Movimento Estudantil de Serviço Social:** parceiro na construção coletiva da formação profissional do (a) Assistente Social. Temporalis. Caderno da ABESS, n. 7, Cortez: São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/revista-temporalis/edicoesanteriores/formacao-profissionaltrajetorias-e-desafios-caderno-abess-n7-cortez-sao-paulo-1997-14>> Acesso em: 30 ago. 2024.